

Governo arrecada R\$ 216 milhões em último dia de leilões de infraestrutura

A série de leilões de infraestrutura batizada pelo governo federal de Infra Week terminou na sexta (9) com a concessão de cinco terminais portuários por R\$ 216 milhões em bônus mais promessa de investimentos de R\$ 612 milhões.

Nos dias anteriores, o governo concedeu 22 aeroportos e a Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste). No acumulado da semana, a arrecadação em bônus somou R\$ 3,5 bilhões. Os vencedores dos leilões terão que investir, ao todo, R\$ 10 bilhões.

Como esperado pelo mercado, a concorrência foi forte apenas nos leilões de aeroportos, que terminaram com ágio médio de 3.822,61%. A ferrovia atraiu apenas um interessado e, nos leilões de ter-

minais portuários, as disputas tiveram, no máximo, dois interessados.

Em nota enviada antes do leilão, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse que as concessões portuárias mostram “a capacidade do Brasil de realizar leilões importantes no segmento, mesmo em momentos de crise”.

“Estamos fazendo nossa parte para aumentar a competitividade do setor portuário e reduzir custos logísticos do país”, afirmou o ministro, que tem repetido durante a semana que os resultados dos leilões são uma vitória do presidente Jair Bolsonaro.

Nesta sexta, foram concedidos terminais nos portos de Itaqui, no Maranhão, e de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Três terminais de Ita-

qui foram arrematados pela Santos Brasil Participações e um pela Tequimar (Terminais Químicos de Aratu).

A maior disputa no leilão se deu entre Santos Brasil e Tequimar por um dos terminais do porto de Itaqui. Depois de vencer na oferta inicial, a Santos Brasil foi derrotada na disputa em viva voz, na qual a Tequimar foi até R\$ 59 milhões, 57% o valor de sua proposta inicial.

O terminal do Porto de Pelotas foi concedido sem disputa à CMPC Celulose Riograndense por um bônus de outorga de R\$ 10 mil. O lance mínimo era de R\$ 1.

Os terminais do Porto do Itaqui são destinados ao armazenamento de grãos líquidos, como petróleo e combustíveis.

Nicola Pamplona/Folhapress



Economia



Presidente do BC diz que alta da inflação é temporária

Página - 03

Negócios

Extra aposta em preço de atacado para reter cliente em meio à concorrência

Página - 08

Bancos oferecem crédito mais barato para mulheres empreendedoras; veja condições

Página - 03



No chão de novo: Boeing volta a ter problemas com o 737 MAX

Página - 08

Dólar sobe quase 2% com temor sobre Orçamento de 2021 sem vetos

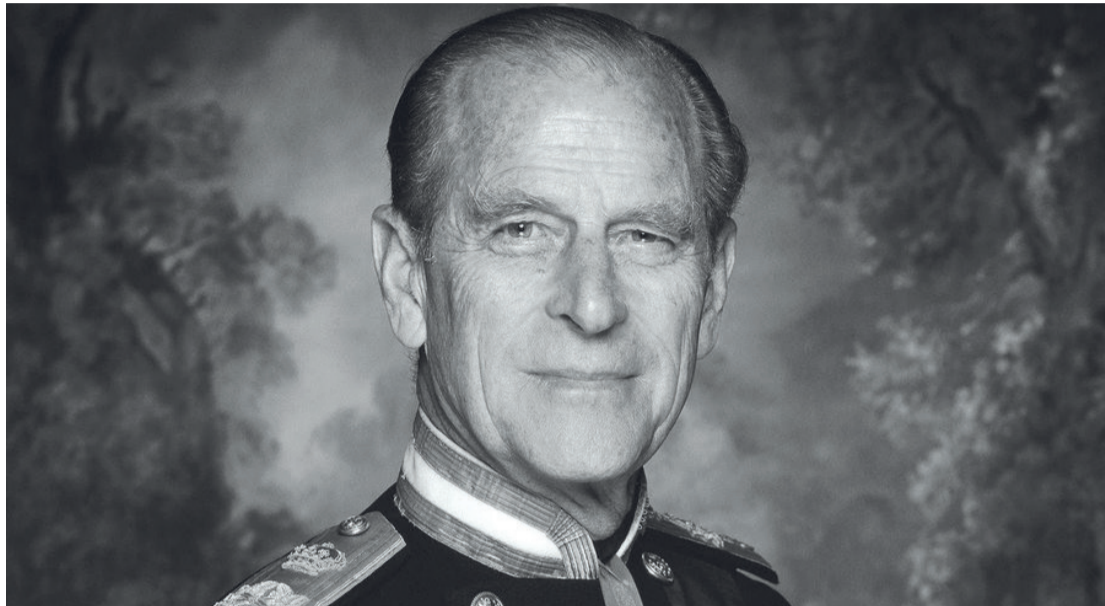
Página - 05

Ibovespa cai com ruído político no Brasil e alta de juros nos EUA

Página - 05

No Mundo

Príncipe Philip morre aos 99 anos, no Castelo de Windsor



O príncipe Philip, marido da rainha britânica Elizabeth e uma figura-chave na família real britânica por quase sete décadas, morreu aos 99 anos, informou o Palácio de Buckingham nesta sexta-feira (9).

O duque de Edimburgo, como era oficialmente conhecido, esteve ao lado da rainha ao longo de todos os 69 anos de seu reinado, o mais longo da história do Reino Unido. Durante este período, ele ganhou a reputação de ter uma atitude dura, séria e de uma propensão a gafes ocasionais.

“É com profunda tristeza que Sua Majestade, a Rainha, anuncia a morte de seu amado marido, Sua Alteza Real,

o Príncipe Philip, duque de Edimburgo”, informou o palácio em comunicado publicado em uma rede social.

A conta oficial da família real no Twitter informa ainda: “Sua Alteza Real faleceu pacificamente nesta manhã no Castelo de Windsor. Mais anúncios serão feitos oportunamente. A Família Real se junta às pessoas ao redor do mundo lamentando sua perda.”

Philip desempenhou papel-chave na modernização da monarquia no período após a Segunda Guerra Mundial e, por trás dos muros do Palácio de Buckingham, era a única figura central para a qual a rainha podia se voltar e confiar.

“Ele tem sido, simples-

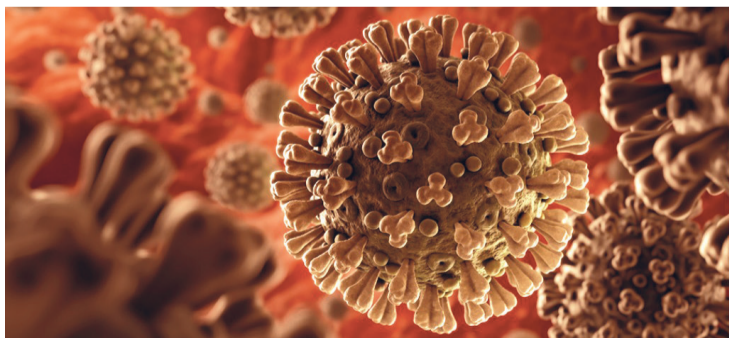
mente, minha força e permanência todos esses anos”, disse Elizabeth em uma rara homenagem pessoal a Philip feita em um discurso para marcar o 50º aniversário de casamento de ambos em 1997.

O príncipe, que ia completar 100 anos em 10 de junho, tinha saído recentemente do hospital, onde foi submetido a uma intervenção cirúrgica por problemas cardíacos, e regressado ao Palácio de Windsor.

Conhecido pelo seu senso de humor particular, Filipe de Mountbatten, nascido com o título de príncipe da Grécia e da Dinamarca, é o consorte mais antigo da história da monarquia britânica.

Reuters/ABR

Após ordem para CPI, Parlamento Europeu faz audiência sobre crise da Covid no Brasil



Abertura de uma CPI para investigar a crise do coronavírus no Brasil e os recordes de mortes por Covid-19 são o pano de fundo de uma audiência marcada pelo Parlamento Europeu, na próxima semana.

Em uma reunião de duas horas na tarde da próxima quinta (15), o chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, embaixador Marcos Galvão, está sendo chamado a falar sobre a situação da Covid no país, entre outros temas.

“A crise atingiu o Brasil de maneira particularmente

Rússia muda de tom e fala em agir se houver guerra civil na Ucrânia

Após passar quase duas semanas minimizando suas movimentações militares junto à fronteira da Ucrânia, o Kremlin disse nesta sexta (9) que vê risco de guerra civil no país vizinho e, neste caso, deverá intervir.

O porta-voz do presidente Vladimir Putin, Dmitri Peskov, foi além e já até elaborou um verniz humanitário para a eventual ação de apoio aos rebeldes separatistas pró-Rússia que controlam as duas áreas autônomas no leste da Ucrânia.

“O mundo todo, incluindo a Rússia, vai tomar medidas para evitar uma repetição dos eventos de 1995 em Srebrenica na Ucrânia, em caso de que uma ação militar total recomece ali”, afirmou.

Ele se referia ao massacre de 8.373 muçulmanos por forças sérvias durante a invasão daquela cidade na Bósnia, um

dos símbolos da guerra que fragmentou a Iugoslávia e da inação da comunidade internacional ante o genocídio.

Até hoje o massacre é centro de controvérsias na Europa. Peskov buscou reforçar isso ao dizer que “a Rússia e países europeus civilizados não permitirão” uma repetição dos eventos. E apontou para o governo ucraniano.

“Se uma guerra civil com atividades militares de larga escala recomear perto das nossas fronteiras, isso será uma ameaça para a segurança nacional da Rússia”, afirmou Peskov, dizendo que “é claro que Kiev não rejeita a ideia do uso da força”.

Para adicionar tensão ao cenário, os Estados Unidos decidiram enviar dois navios de guerra para o mar Negro, que margeia justamente as áreas conflituosas e é uma rota vital para os russos terem acesso ao Mediterrâneo. Folhapress



(DEM-MG), instale uma CPI da pandemia da Covid-19.

Também menciona que “mais de 340 mil brasileiros já morreram com o vírus” e que “nos últimos dias, a média diária de mortes ultrapassou 4.000”.

Membro também do comitê parlamentar responsável por ambiente, Cavazzini tem sido uma das eurodeputadas mais críticas da gestão Bolsonaro na questão do desmatamento da Amazônia e uma das principais vozes de oposição ao acordo de associação entre a União Europeia e o Mercosul (ainda em fase de revisão jurídica). Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Presidente do BC diz que alta da inflação é temporária



O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse sexta (9) que a alta da inflação que vem sendo observada no Brasil tem caráter provisório e está mais relacionada a uma reprecificação, principalmente de alimentos. Segundo a autoridade monetária, o cenário sofre influência também da desvalorização do Real, bem como das análises que o mercado faz da relação entre dívida pública, capacidade de pagamento e crescimento potencial do país.

Ao comentar as recentes altas inflacionárias em uma live na internet, Campos disse que elas refletem um contexto passageiro, em parte decorrente do efeito da pandemia na economia do país. Se-

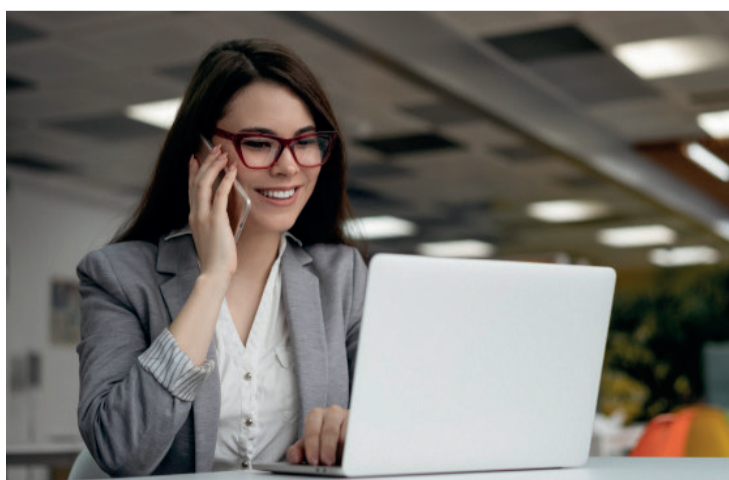
gundo ele, esse aumento nos preços “é provisório, e não estrutural”, e segue as expectativas anunciadas em 2020 e 2021. “A inflação implícita está aumentando em países emergentes, mas isso não é um processo de alta de inflação, mas de reprecificação”.

Diante desse cenário, Campos Neto acenou com a possibilidade de o Comitê de Política Monetária manter a programação de alta na taxa básica de juros em mais 0,75 ponto percentual, chegando a 3,5% ao ano. Atualmente, o centro da meta da inflação para 2021 está em 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Dados divulgados hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registram uma va-

riação acumulada de 6,10% nos últimos 12 meses.

“Faremos o necessário para garantir que a inflação atinja o target. Mesmo reconhecendo que a inflação está aumentando, reconhecemos que a maioria dos componentes que levam a isso são temporários. Entendemos que a desvalorização da moeda tem impacto na persistência. A não ser que algo muito diferente aconteça, acho que estamos preparados para um aumento de 0,75 ponto percentual na taxa [Selic]”, disse Campos. “Isso está decidido? Não. Mas sempre explicamos que o Banco Central sempre pode mudar. Se algo acontece diferente, a primeira coisa que fazemos é comunicar ao mercado o que está acontecendo”, acrescentou. Pedro Peduzzi/ABR

Bancos oferecem crédito mais barato para mulheres empreendedoras; veja condições



As menos duas instituições bancárias e uma cooperativa lançaram no último mês linhas de crédito focadas em empreendedoras.

O Banco do Povo, de São Paulo, por meio da linha Empreenda Mulher, o Banco do Nordeste, com a Crediamigos Delas, e a Sicredi Campos Gerais PR/SP se juntam a outras iniciativas que reduzem as taxas de juros e ampliam o prazo de pagamento para empréstimos tomados por mulheres donas de negócios.

Nenhum programa tem abrangência nacional, e a prioridade, em geral, reside no microcrédito assistido, que condiciona a liberação de capital à realização de cursos de qualificação e à orientação

Petrobras reduz preço do óleo diesel em 2,2% nas refinarias

A Petrobras anunciou nesta sexta (9) corte de 2,2% no preço do óleo diesel em suas refinarias. É a segunda redução em abril, após a escalada verificada no início de 2021 usada pelo presidente Jair Bolsonaro para justificar a troca no comando da estatal.

O preço da gasolina, que também já foi reduzido em março, permanecerá inalterado.

Segundo a empresa, a partir deste sábado (10), o preço médio de venda do diesel nas refinarias R\$ 2,66 por litro, redução de R\$ 0,08 por litro em relação à média vigente até esta sexta. O corte acompanha a variação das cotações internacionais e a queda do dólar.

Ocorre em um momento de pressão nos preços diante da perspectiva de aumento do biodiesel, que representa 13% da mistura vendida nos

postos. Além disso, em maio acaba o período de isenção de impostos federais sobre o combustível, que também tende a pressionar o preço final.

Uma terceira fonte de pressão vem da carga tributária: pela segunda vez após a isenção de impostos federais sobre o preço do óleo diesel, estados elevaram no início do mês o preço de referência para a cobrança de ICMS sobre o combustível. Desta vez, a alta ocorreu em 19 estados e no Distrito Federal.

A Fecombustíveis (Federação do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes) diz que, mantidas as condições de preço do último leilão de biodiesel iniciado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o biocombustível passaria a contribuir com R\$ 0,67 por litro para o preço de bomba. Nicola Pamplona/Folhapress



de especialistas. O teto para cada operação depende do perfil da beneficiária e da instituição financeira, porém não ultrapassa os R\$ 21 mil.

Tanto no histórico do Banco do Povo quanto no do Banco da Mulher Paranaense, ligados a órgãos estaduais de desenvolvimento econômico, predominam os pedidos de empréstimo de baixos valores, mesmo antes do surgimento das linhas exclusivas para mulheres.

Na instituição paranaense, por exemplo, o ticket médio do microcrédito em geral foi de R\$ 11,3 mil por solicitação atendida em 2020. Já no programa feminino, iniciado 19 meses atrás, a média está em R\$ 12,19 mil.

No Banco do Nordeste,

as mulheres correspondem a 65% da carteira ativa do Crediamigos, e a expectativa é que esse percentual cresça graças às vantagens da linha Crediamigos Delas.

Entre os bancos particulares, há aqueles que incentivam o desenvolvimento de negócios geridos por mulheres, como o Itaú, que há sete anos colocou de pé o Programa Itaú Mulher Empreendedora. A iniciativa, porém, não contempla linhas de crédito.

Com exceção ao Pronaf Mulher, destinado a investimentos agrícolas, até três anos atrás o mercado de crédito nacional não dispunha de nenhum tipo de financiamento específico para mulheres que querem ter o próprio negócio. Cristiane Teixeira/Folhapress

Ibovespa cai com ruído político no Brasil e alta de juros nos EUA

O Índice Bovespa opera em queda moderada nesta primeira hora de negociação, refletindo a cautela do investidor com as indefinições do cenário doméstico e o ambiente um pouco mais adverso no exterior, após uma semana essencialmente positiva. Há pouco, os juros dos Treasuries ampliaram ganhos, em uma reação após o resultado da inflação no atacado medida pelo índice de preços ao produto (PPI) dos Estados Unidos.

A inflação mais acelerada nos EUA amplia o desconforto dos mercados com a possibilidade de retirada de estímulos por parte dos bancos centrais pelo mundo. Dados de inflação ao produtor na China também ficaram acima

do esperado e pesaram negativamente nos mercados locais.

No Brasil, o destaque da manhã foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março, que apontou alta de 0,93%, ligeiramente abaixo do piso (0,94%) das estimativas apuradas pelo Projeções Broadcast.

E se o ambiente internacional inspira cautela, a situação não é diferente no front interno. O investidor continua à espera da definição do presidente Jair Bolsonaro sobre o Orçamento de 2021. O impasse gira em torno da aprovação da matéria aprovada no Congresso, considerada inexecutável pela equipe econômica, mas que os parlamentares afirmam ter sido aprovada em consenso com o governo.

IstoÉDinheiro

Dólar sobe quase 2% com temor sobre Orçamento de 2021 sem vetos



Preocupados com os rumos do Orçamento de 2021, após parecer da Câmara e do Senado sugerir aprovação sem veto das medidas, os investidores buscaram refúgio no dólar e a moeda fechou a sexta-feira, 9, em forte alta, de quase 2%, com o real novamente no topo de pior desempenho no mercado internacional, mesmo em dia de valorização generalizada da moeda americana. Na semana, porém, o dólar acabou acumulando queda de 0,71%, a segunda seguida de baixa, aqui influenciada mais pelo cenário externo, onde a divisa dos Estados Unidos mostrou enfraquecimento acompanhando o recuo nas taxas de retorno (“yields”)

dos juros longos americanos, em meio a indicadores mistos da economia dos EUA e reforço na promessa do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de seguir firme com os estímulos monetários.

No fechamento, o dólar à vista encerrou em alta de 1,81%, a R\$ 5,6749. O dólar futuro para maio subiu 2,01% às 17h45, em R\$ 5,6875.

A preocupação com o Orçamento ocorre por conta de duas “enormes falhas”, o corte de despesas obrigatórias e a inclusão de emendas parlamentares, comentam os analistas da consultoria inglesa TS Lombard, Elizabeth Johnson e Wilson Ferrarezi.

IstoÉDinheiro

Cura - Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A. - CNPJ/MF nº 50.252.998/0001-90
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

	Balancos Patrimoniais													
	Controladora		Consolidado											
	2020	2019	2020	2019										
Ativo														
Circulante	105.399.244	32.817.195	141.233.354	73.918.054										
Caixa e equivalentes de caixa	66.589.812	2.102.024	74.290.849	8.099.843										
Contas a receber	30.960.143	20.322.156	52.833.723	40.515.288										
Estoques	2.937.931	1.405.897	4.801.766	2.744.205										
Adiantamentos a fornecedores	1.248.919	654.995	1.472.967	3.923.502										
Tributos a recuperar	2.758.895	7.605.858	5.815.621	12.211.263										
Outros valores a receber	903.544	726.265	2.018.429	6.423.953										
Não circulante	346.331.945	322.593.205	405.617.286	407.875.187										
Realizável a longo prazo	77.006.242	40.166.152	21.958.031	15.570.750										
Tributos diferidos	9.681.305	7.463.497	9.681.305	7.463.497										
Depósitos judiciais	2.148.899	2.138.890	2.790.697	2.191.953										
Ativo de indenização	2.202.033	2.224.501	2.202.033	2.224.501										
Partes relacionadas	62.932.954	28.339.264	-	-										
Outros créditos	41.050	-	7.283.997	3.690.799										
Investimentos	225.721.422	248.394.901	-	-										
Imobilizado	10.166.320	12.893.044	57.944.651	54.774.579										
Direito de uso	19.774.084	21.135.313	32.889.218	35.260.868										
Intangível	13.663.878	3.795	292.825.386	302.268.990										
Total do ativo	451.731.189	355.410.400	546.850.640	481.793.241										
Passivo														
Circulante	81.358.697	70.272.044	117.487.718	125.462.199										
Fornecedores	7.048.795	6.133.569	18.454.914	15.566.509										
Obrigações trabalhistas e sociais	5.112.169	4.943.907	9.603.966	9.175.915										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	45.261.994	24.276.076	50.793.361	42.693.601										
Passivo de arrendamentos	4.317.917	3.180.585	7.419.385	5.723.038										
Tributos a recolher	1.972.992	2.357.628	3.771.920	4.551.070										
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7.380.081	5.526.982	8.113.497	5.526.982										
Parcelamento de tributos	498.822	982.485	3.236.313	4.316.661										
Compromissos a pagar por aquisição de empresa	6.173.293	20.520.521	11.951.934	30.253.886										
Outras contas a pagar	3.592.634	2.350.291	4.142.427	7.654.537										
Não circulante	153.117.193	116.410.774	175.766.180	149.370.709										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	102.894.485	57.931.321	109.175.365	60.310.012										
Passivo de arrendamentos	20.372.748	21.717.596	31.551.512	32.909.944										
Parcelamento de tributos	1.411.893	1.426.779	10.157.748	12.726.518										
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	2.263.681	2.132.771	16.217.320	12.494.428										
Partes relacionadas	15.356.680	16.026.493	100.000	5.168.222										
Provisão para passivo a descoberto	9.775.664	10.973.376	-	-										
Compromissos a pagar por aquisição de empresa	1.042.042	6.202.438	8.511.285	18.695.296										
Outras contas a pagar	-	-	52.950	7.066.289										
Patrimônio líquido	217.255.299	168.727.582	253.596.742	206.960.333										
Capital social	234.228.554	166.494.832	234.228.554	166.494.832										
Transação de capital	(1.523.029)	(360.107)	(1.523.029)	(360.107)										
Prejuízos acumulados	(15.450.226)	-	(15.450.226)	-										
Reserva de lucros	-	2.592.857	-	2.592.857										
Total do patrimônio líquido dos acionistas não controladores	217.255.299	168.727.582	217.255.299	168.727.582										
Participação dos acionistas não controladores	-	-	36.341.443	38.232.751										
Total do passivo e patrimônio líquido	451.731.189	355.410.400	546.850.640	481.793.241										
Demonstrações de resultados abrangentes														
	Controladora		Consolidado											
	2020	2019	2020	2019										
Receita líquida	91.703.639	94.444.536	217.075.745	196.649.167										
Custo dos serviços prestados	(75.525.672)	(72.819.164)	(163.979.861)	(141.878.782)										
Lucro bruto	16.177.967	21.625.372	53.095.885	54.770.385										
Outras (despesas) receitas operacionais	(610.730)	(860.699)	(2.592.790)	(2.630.068)										
Despesas comerciais	(19.986.920)	(22.889.365)	(44.891.718)	(38.468.341)										
Despesas gerais e administrativas	(3.018.444)	10.402.546	721.882	3.616.342										
Resultado de equivalência patrimonial	830.590	1.721.052	-	-										
Outras receitas/(despesas) operacionais	(22.785.504)	(11.626.466)	(46.762.626)	(37.482.067)										
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e tributos	(6.607.537)	9.998.906	6.333.258	17.288.318										
Receita financeira	505.453	983.127	709.870	2.060.033										
Despesa financeira	(12.325.172)	(8.524.940)	(22.225.898)	(14.149.574)										
Resultado financeiro, líquido	(11.819.719)	(7.541.813)	(21.516.028)	(12.089.541)										
Resultado antes dos tributos	(18.427.256)	2.457.093	(15.182.769)	5.198.777										
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.793.633)	(4.065.950)	(3.824.830)	-										
Imposto de renda e contribuição social - diferido	384.173	5.616.974	384.173	5.616.974										
Lucro (prejuízo) do exercício	(18.043.083)	5.280.434	(18.043.083)	6.990.921										
Resultado líquido atribuído a:														
Participação do acionista controlador	-	-	(18.043.083)	5.280.434										
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(821.463)	1.710.487										
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido														
	Capital social		Reserva de Lucros		Transação de capital		Lucros/Prejuízos Acumulados		Patrimônio líquido dos controladores		Participação de não controladores		Patrimônio líquido consolidado	
	Subscrito	A integralizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros	com sócios	Reservado	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Saldo em 31/12/2018	183.842	-	-	-	-	-	(1.696.323)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	224.185.316	(57.874.126)	-	-	-	-	166.311.190	-	-	-	-	-	166.311.190	-
Adição de minoritário em combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	5.280.434	5.280.434	-	-	-	-	6.990.921	-
Reserva legal	-	-	170.023	-	-	-	(170.023)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(807.612)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(807.612)	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(2.422.834)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	224.368.958	(57.874.126)	170.023	2.422.834	(360.107)	-	168.727.582	38.232.751	206.960.333	-	-	-	166.311.190	-
Integralização de capital	-	57.874.126	-	-	-	-	57.874.126	-	-	-	-	-	57.874.126	-
Aumento de capital	9.859.596	-	-	-	-	-	9.859.596	-	-	-	-	-	9.859.596	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(18.043.083)	(18,043.083)	(821.463)	(821,463)	(821,463)	(821,463)	(18,043.083)	5,280.434
Absorção de prejuízo	-	-	(170.023)	(2,422.834)	-	-	2,592.857	-	-	-	-	-	(18,043.083)	6,990.921
Transação de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mudança de participação em controlada	-	-	-	-	-	(1,162.922)	-	(1,162.922)	(1,069.845)	(1,069,845)	(1,069,845)	(1,069,845)	(2,232.766)	-
Saldo em 31/12/2020	234.228.554	-	-	-	(1,523.029)	-	217,255,299	36,341,443	253,596,742	-	-	-	217,255,299	168,727,582

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	18.427.256	2.457.093	(15.182.769)	5.198.777
Ajuste por:				
Depreciação e amortização	13.973.046	10.034.642	25.745.415	19.395.178
Juros sobre passivos de arrendamento	1.780.390	1.780.390	5.568.608	2.739.442
Juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	6.089.073	1.127.228	8.434.010	2.703.105
Atualização monetária dos compromissos a pagar	835.690	1.235.665	1.583.321	1.519.023
Constituição/(reversão) de perda estimada para glosas	393.762	1.454.901	2.934.973	2.479.303
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	130.910	600.755	3.722.892	148.136
Resultado de equivalência patrimonial	3.018.444	(10.402.546)	-	-
Lucro (Prejuízo) ajustado	7.794.059	8.288.128	32.806.450	34.182.964
Variações nos ativos e passivos operacionais (Aumento) redução das contas do ativo				
Contas a receber	(10.637.987)	(5.874.377)	(12.318.435)	(10.753.622)
Estoques	(1.532.034)	390.657	(2.057.561)	(947.651)
Adiantamentos	(593.924)	(422.492)	2.450.535	(3.690.999)
Tributos a recuperar	4.846.963	(4.753.847)	6.395.642	(6.423.953)
Depósitos judiciais	(10.009)	(910.919)	(963.982)	-
Outros créditos	(218.329)	(14.290.753)	4.405.524	(8.635.149)
Aumento (redução) das contas do passivo				
Fornecedores	915.226	110.511	2.888.405	(11.631.837)
Obrigações trabalhistas e sociais	168.262	1.736.416	428.051	1.358.337
Tributos a recolher	(384.636)	1.206.912	(1.080.348)	(1.025.519)
Parcelamento de tributos	(483.963)	(930.651)	(1.080.348)	(14,287,463)
Outras contas a pagar	(11,519,735)	1,146,222	(1,028,956)	(5,000,403)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19,449,867)	(22,052,321)	(11,295,037)	(59,934,204)
	-	(1,442,777)	(1,792,713)	(2,473,974)
Fluxo líquido das atividades operacionais	18,427,256	2,457,093	(15,182,769)	5,198,777
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(16,655,808)	(15,206,970)	19,718,701	(28,225,214)
Adições do imobilizado e intangível	(3,609,054)	(2,394,732)	(16,074,750)	(9,890,887)
Aquisição de controladas, líquido do caixa e equivalentes das adquiridas	-	-	-	(149,954,458)
Valores pagos por aquisição de empresas	(15,922,028)	(195,962,876)	(17,942,454)	-
Fluxo líquido das atividades de investimentos	(19,531,082)	(198,357,606)	(34,017,204)	(159,845,345)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	89,000,000	69,261,330	89,000,000	97,063,500
Captação de empréstimos e financiamentos	(29,908,708)	(27,620,000)	(29,908,708)	-
Aumento de capital social	9,859,596	-	9,859,596	-
Recebimento de múltiplos de partes relacionadas	-	13,097,769	-</	

Publicidade Legal

Gypsy Vanner Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ em constituição
Ata de Assembleia Geral de Constituição
Data, hora e local: No dia 10/12/2020, às 16:00 horas, na Rua Padre Luciano, 97, Jardim França, São Paulo-SP. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia. **Mesa:** Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada sob a denominação **Gypsy Vanner Empreendimentos e Participações S.A.**; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social; (iii) a eleição dos membros da Diretoria; e (iv) outros assuntos. **Deliberações:** 1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Gypsy Vanner Empreendimentos e Participações S.A.** com Sede e Foro na Rua Padre Luciano, 97, Jardim França, São Paulo-SP. 2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.500,00, representado por 1.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização de depósito em dinheiro de R\$ 150,00, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito, anexos a esta Ata. 3. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento nº 03 anexo a esta ata, dando-se assim por efetivamente constituída a **Gypsy Vanner Empreendimentos e Participações S.A.** 4. Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, portador do RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e do CPF nº 366.209.668.45, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, portadora do RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e do CPF nº 352.021.748-10, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estar incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 5. Autorizar a lavratura da ata que se refere esta Assembleia na forma sumária. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. **Acionistas:** Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. São Paulo, 10/12/2020. Edson Vicente da Silva Filho: Presidente e Gabriela Albuquerque Pace: Secretária. **Gypsy Vanner Empreendimentos e Participações S.A.** (em fase de organização). **Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 1º.** A **Gypsy Vanner Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. **Artigo 2º.** A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). **Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Padre Luciano, 97, Jardim França, São Paulo, Estado do São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º.** A Companhia iniciará suas atividades em 10/12/2020, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O Capital Social da Companhia é de R\$ 1.500,00, dividido em 1.500 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. § 2º. A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º. A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetuada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º. A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quanto de cada espécie ou classe. § 6º. A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. **Artigo 6º.** Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cauteles, § Único. Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Artigo 7º.** O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 8º.** A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III – Da Administração. Artigo 9º.** A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 Diretores, sendo um Diretor – Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º. A destituição dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º. Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º. Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º. Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada.

§ 6º. A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 10º.** A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º. A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, inscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º. A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º. As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º. As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. **Artigo 11º.** Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. **Artigo 12º.** A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, por 2 Diretores, em conjunto, por 1 Diretor e 1 mandatário ou, ainda, por 2 mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no § 1º deste artigo. § 1º. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por 2 Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o *Caput* deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV – Assembleia Geral. Artigo 13º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º. A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por qualquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 14º.** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros. Artigo 15º.** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 16º.** Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º. Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. **Artigo 17º.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 18º.** A Companhia poderá levantar balanços trimestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º. Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação. Artigo 19º.** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º. A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º. A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. **Acionistas:** Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. São Paulo, 10/12/2020. Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.565.096 em 19/02/2021. Gisela Sirmema Ceschin – Secretária Geral.

Ouro recua por dólar e juros dos Treasuries, mas sobe na semana com Fed 'dovish'

O ouro com entrega prevista para junho ceu de 0,76%, e terminou a sessão cotado a US\$ 1744,8 a onça-troy, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

Na semana, contudo, o metal precioso avançou 0,95%, diante de sinalizações de que as autoridades do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e do Banco Centro Europeu (BCE) estão pouco preocupadas com a escalada da inflação neste ano, segundo mostraram as atas das mais recentes reuniões de política monetária das instituições, divulgadas entre quarta e quinta-feira. O posicionamento dos BCs pressionou o dólar e fez os juros dos Treasuries recuarem, elevando a demanda do mercado por ouro.

Para o restante do ano, a Capital Economics prevê que o metal precioso seguirá pressionado pela alta recente nos rendimentos dos títulos do Tesouro americano. Em relatório enviado a clientes, a consultoria diz esperar que os juros reais tornarão a subir nos próximos meses, apoiados pela aceleração da inflação nos Estados Unidos.

Em comentários nesta sexta, o presidente da distrital de Dallas do Fed, Robert Kaplan, disse que os dirigentes da entidade monetária devem ficar atentos caso a alta da inflação nos EUA persista do 4º trimestre deste ano em diante. Segundo ele, é provável que os preços subam por conta da “fraca comparação” com o ano passado, quando o choque da covid-19 afetou a economia dos EUA. Uma alta a partir do último trimestre de 2021, porém, não poderia ser justificada apenas por fatores transitórios, afirmou o dirigente.

IstoÉDinheiro

Vivenda Pinheiros Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

CNPJ/MF nº 10.387.887/0001-76
 Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: De conformidade com as determinações estatutárias e a legislação vigente, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2020. Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 31 de dezembro de 2020. A Diretoria

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

Balço Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto			
	2020	2019	Capital Social Atualizado	Reservas de Capital	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Total
Ativo			8.367.682	21.944.719	1.153.656		32.326.807
Ativo Circulante	11.565.348	34.304.668	-	-	519.880	-	519.880
Caixa e Equivalentes de Caixa	86.397	174.642	-	-	-	-	-
Caixa e Bancos	28.201	41.833	-	-	-	-	-
Aplicações Financeiras	58.195	133.009	-	-	-	(32.600.000)	(32.600.000)
Créditos	3.829.696	10.233.513	-	-	-	-	-
Clientes	3.758.502	10.197.634	8.367.682	21.944.719	1.673.536	(816.372)	32.030.315
Outros Créditos	5.997	5.997	-	-	-	(11.501.468)	(33.709.898)
Impostos a Compensar	30.098	29.882	-	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	35.098	-	-	-	-	12.317.841	12.317.841
Estoque de Imóveis	7.649.255	23.896.514	-	-	-	-	-
Imóveis Destinados a Vendas	7.649.255	23.896.514	-	-	-	-	-
Ativo Não Circulante	52.532	37.185	-	-	-	-	-
Depósitos Legais	52.532	37.185	-	-	-	-	-
Depósito Judicial	52.532	37.185	-	-	-	-	-
Total do Ativo	11.617.880	34.341.853	-	-	-	-	-
Passivo							
Passivo Circulante	412.355	1.744.271	-	-	-	(216)	30.483
Exigível a Curto Prazo	412.355	1.744.271	-	-	-	-	-
Fornecedores	131.469	105.391	-	-	-	(35.098)	136.621
Obrigações Tributárias	263.157	1.478.807	-	-	-	16.247.258	31.049.075
Obrigações Trabalhistas	1.377	1.411	-	-	-	6.439.132	13.033.587
Contas a Pagar	16.352	158.662	-	-	-	(15.347)	(4.837)
Passivo Não Circulante	567.268	567.268	-	-	-	-	-
Exigível a Longo Prazo	567.268	567.268	-	-	-	-	-
Fornecedores	84.698	84.698	-	-	-	26.078	(270.766)
Conta Corrente Participantes	482.570	482.570	-	-	-	(1.215.650)	651.515
Patrimônio Líquido	10.639.257	32.030.315	-	-	-	(33)	(58.396)
Capital	8.367.682	8.367.682	-	-	-	-	-
Capital Social Subscrito	8.367.682	8.367.682	-	-	-	-	-
Reservas	2.270.575	24.479.005	-	-	-	(142.310)	41.569
Reservas de Capital	552.661	21.944.719	-	-	-	-	(213.118)
Reserva Legal	1.673.536	1.673.536	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	44.378	860.750	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	-	(816.372)	-	-	-	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	(816.372)	-	-	-	-	-
Total do Passivo	11.617.880	34.341.853	-	-	-	-	-
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras							
1. Contexto Operacional – A Companhia é uma sociedade de propósito específico, tendo por objeto social única e exclusivamente, promover a reforma, adaptação e melhoria, o planejamento, a promoção, o desenvolvimento, bem como a futura incorporação imobiliária e comercialização, a eventual obtenção de financiamento para produção, o recebimento de valores correspondentes, o cumprimento das obrigações perante a entidade financiadora e os adquirentes, relativamente aos imóveis situados em São Paulo na Rua Eugênio de Medeiros nºs 278, 284, 264, 330 e 340, faixa de terra junto ao nº 340, 342 e 348 na Rua Paes Leme nºs 377, 379 e 387/389, do 45º Subdistrito Pinheiros. 2. Base de apresentação – As demonstrações financeiras da Companhia, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em reais, exceto quando indicadas de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos vigentes do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A moeda funcional da Companhia é o Real. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronun-							
ciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2017. 3. Princípios contábeis adotados – 3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa: incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata, mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo da companhia, e não para investimentos com outros propósitos. 3.2. Imóveis Destinados a Venda: incluem terrenos e o custo da construção. O custo dos imóveis é formado por gastos com aquisição de terrenos, materiais, mão de obra aplicada, despesas com incorporação e encargos vinculados ao empreendimento. 3.3. Despesas de Comercialização: As despesas com propaganda, marketing, promoção de vendas e outras atividades correlatas são reconhecidas ao resultado, na rubrica de “Despesas Comerciais”, quando efetivamente incorridas, respeitando o regime de competência contábil do período, de acordo com o período de veiculação. Os gastos incorridos e diretamente relacionados à construção dos estandes de vendas, bem como aqueles relativos à aquisição de mobília e decoração dos estandes de vendas, serão registrados em rubrica de ativo imobilizado, desde que o prazo esperado para a sua utilização e geração de benefícios ultrapasse o período de 12 meses, e serão depreciados de acordo com respectivo prazo de vida útil estimado destes itens. 3.4 Resultado de incorporação imobiliária: Na apropriação do resultado com incorporação imobiliária são observados os procedimentos estabelecidos pelos							

Pronunciamento CPC 17 – Contratos de Construção. **4. Capital Social** – O Capital Social subscrito é de R\$ 8.367.682, representado por 1.627.160 Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal e 1.421.172 Ações Preferenciais, sem valor nominal. **5. Reserva de Capital** – Representada pela reserva de ágio quando da integralização do capital social. São Paulo, 31 de dezembro de 2020

Andréa Cury Sharp de Andrade
Ramon Antonio Costa de Andrade
 Contador CRC 1SP 124.348/O-2

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Appalosa Empreendimentos e Participações S/A

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, hora e local: 22/09/2020, às 16h00, na Rua Padre Luciano, 97, Jardim França, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. **Ordem do dia:** (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada sob a denominação **Appalosa Empreendimentos e Participações S/A;** (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse. **Deliberações:** 1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Appalosa Empreendimentos e Participações S/A.** 2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.500.000, representado por 1.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 150,00 depositados em conta vinculada no Banco Bradesco S/A., nos termos dos Artigos 80, III e 81 da Lei nº 6404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nºs. 01 e 02 anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento nº 03 anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Appalosa Empreendimentos e Participações S/A** em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, RG nº 48.351.732-X SSP-SP e CPF/MF nº 366.209.668-45, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e CPF nº 352.021.748-10, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 9. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do Artigo 130, do § 1º da Lei 6404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. São Paulo, 22/09/2020. Assinaturas: Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. **Estatuto Social – Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto:** Artigo 1º. A **Appalosa Empreendimentos e Participações S/A** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 2º. A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3º. A Companhia tem sede e foro na Rua Padre Luciano, 97, Jardim França, São Paulo-SP, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º. A Companhia iniciará suas atividades em 30/09/2019, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações:** Artigo 5º. O Capital Social da Companhia é de R\$ 1.500.000, dividido em 1.500 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do Artigo 35 da Lei nº 6.404/76. § 2º. A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º. A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O agrupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no Artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º. A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. § 6º. A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 6º. Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cauteles. **Parágrafo Único.** Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 7º. O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o Artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Artigo 8º. A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III – Da Administração:** Artigo 9º. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 Diretores, sendo um Diretor – Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º. A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no Livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º. Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do Artigo 5º deste Estatuto. § 4º. Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º. Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. § 6º. A remuneração dos

Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 10º. A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manter-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º. A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º. A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º. As decisões da Diretoria serão tomadas pela maioria da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º. As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 11º. Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 12º. A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, por 2 Diretores, em conjunto, por 1 Diretor e 1 mandatário ou, ainda, por 2 mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste Artigo. § 1º. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por 2 Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o *Caput* deste Artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV – Assembleia Geral:** Artigo 13º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º. A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do Artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V – Conselho Fiscal:** Artigo 14º. O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros:** Artigo 15º - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 16º - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º. Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 17º. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 18º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para investimentos a que a que se refere o § 1º do Artigo 16. § 2º. Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação:** Artigo 19º. A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º. A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º. A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 22/09/2020. Assinaturas: Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. **Visto da Advogada:** Bruna Evangelista de Oliveira – OAB/SP 412.175. JUCESP – Registrado sob o NIRE nº 35.300.562.054 em 22/12/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Bayamon Consultoria e Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 13.503.873/0001-69 – NIRE 35.225.329.475

Ata de Reunião de Quotistas realizada em 08 de abril de 2021

Data, Horário e Local: 08/04/2021, às 10h00, na sede social da Sociedade. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da única quotista da Sociedade. **Mesa:** Presidente: Sra. Maria Eugenia Pontual Vilmar Nardy; Secretária: Sra. Eliane Nóbrega Sobral. **Ordem do Dia:** (a) deliberar sobre as contas dos Administradores, o Balanço Patrimonial e o Balanço de Resultado Econômico da Sociedade, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2018, 31/12/2019 e 31/12/2020; e (b) deliberar sobre a redução do capital social, em razão do mesmo ser excessivo em relação ao objeto social. **Deliberações:** Após a análise e discussão dos itens listados na Ordem do Dia, a única quotista da Sociedade decidiu: (a) aprovar, sem ressalvas, as contas dos Administradores, os Balanços Patrimoniais e os Balanços de Resultado Econômico, referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2018, 31/12/2019 e 31/12/2020; e (b) aprovar, sem ressalvas, a redução do capital no valor R\$ 1.538.371,00, mediante a diminuição proporcional do valor nominal das quotas do capital social dos sócios com o conseqüente cancelamento de 1.538.371,00 quotas, em razão do capital ser excessivo em relação ao objeto social da sociedade. A restituição do valor reduzido à sócia quotista ocorrerá da seguinte forma: (i) A única quotista **Eliane Nóbrega Sobral**, RG nº 4.900.077 SSP/SP, CPF nº 997.061.998-53, receberá a parte que lhe cabe na restituição decorrente do capital reduzido, mediante a transferência de recursos disponíveis no valor de R\$ 1.538.371,00. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 08/04/2021. Assinaturas: **Mesa:** Presidente: Maria Eugenia Pontual Vilmar Nardy; Secretária: Eliane Nóbrega Sobral, p.p Maria Eugenia Pontual Vilmar Nardy. **Quotistas:** Eliane Nóbrega Sobral, p.p. Maria Eugenia Pontual Vilmar Nardy.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6610
Dólar (EUA) - 5,6445
Franco (Suíça) - 6,1041
Iene (Japão) - 0,05149
Libra (Inglaterra) -

7,7533
Peso (Argentina) - 0,06107
Peso (Chile) - 0,007943
Peso (México) - 0,2799
Peso (Uruguai) - 0,1285
Yuan (China) - 0,8615
Rublo (Rússia) - 0,07294
Euro - 6,7158

Porto do Parnaíba Energia S.A.

CNPJ/MF nº 14.567.883/0001-20

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)							
Relatório da Administração: Prezados Acionistas, apresentamos a seguir as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.							
Balanço Patrimonial		Demonstração de Resultados			Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Ativo							
Circulante	13.470	19.644	Receita operacional líquida	17.357	31.232	1.312	3.608
Caixa e equivalentes de caixa	2.835	275	Custos da operação, conservação e compras	(10.062)	(19.852)		
Clientes	7.851	16.846	Lucro bruto	7.295	11.380		
Outros créditos	2.784	2.523	Receitas (despesas) operacionais			6.336	6.446
Não Circulante	111.487	115.525	Administrativas, pessoal e gerais	(1.245)	(1.643)	4.969	5.695
Caixa restrito	15.690	15.125	Outras receitas (despesas) operacionais	(130)	(33)	(319)	(686)
Outros créditos	1.500	472	Resultado operacional	5.920	9.704	61	-
Imobilizado	17.190	15.597	Receitas financeiras	363	686		
Intangível	90.674	95.977	Despesas financeiras	(4.971)	(6.782)	8.987	(7.571)
	3.623	3.951	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.608)	(6.096)	(1.283)	(11)
Total do ativo	124.957	135.169	Imposto de renda e contribuição social	1.312	3.608		
Passivo e Patrimônio líquido	10.730	16.776	Lucro líquido do exercício	(801)	(1.056)		
Circulante	798	7.148	Reserva de lucros	511	2.552		
Fornecedores	6.779	6.257	Capital Reserva	32.973	780		
Empréstimos e financiamentos	757	1.398	Reserva legal	652	9.318		
Obrigações trabalhistas e tributárias	430	414	Lucros (prejuízos)	32.973	780		
Passivos de arrendamentos	1.966	1.559	Saldo em 31/12/2019	32.973	780		
Outras obrigações	68.948	73.594	Em 01/01/2019	32.973	780		
Não Circulante	58.470	59.824	Transações com acionistas	-	-		
Empréstimos e financiamentos	6.786	9.571	Lucro líquido do exercício	-	-		
Fornecedores	3.613	3.676	Destinação de reservas	-	2.424		2.552
Passivos de arrendamentos	33	391	Dividendo mínimo obrigatório	-	(606)		(2.552)
IRPJ e CSLL diferidos passivos	46	42	Saldo em 31/12/2019	32.973	780		
Outras obrigações	79.678	90.280	Transações com acionistas	-	-		
Total do passivo	45.279	44.889	Lucro líquido do exercício	-	-		
Patrimônio líquido	32.973	32.973	Destinação de reservas	-	26		364
Capital social	12	11.916	Dividendo mínimo obrigatório	-	-		(121)
Reservas de lucro	124.957	135.169	Saldos em 31/12/2020	32.973	806		11.500
Total do passivo e patrimônio líquido	124.957	135.169					- 45.279
Notas Explicativas							
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.							
Diretoria Executiva							
Andrea Sztajn Thiago Linhares Contador: Wiliam Franco de Oliveira – CRC 1SP 256.533/O-3							

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,6439 / R\$ 5,6445 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,6720 / R\$ 5,6740 *
Turismo - R\$ 5,6570 / R\$ 5,8330

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: 1,79%

OURO BM&F R\$ 315,500

BOLSAS

B3 (Ibovespa) Variação: -0,54%
Pontos: 117.669
Volume financeiro: R\$ 25,989 bilhões
Majores altas: Companhia Siderúrgica Nacional ON (4,84%), Usiminas PN (3,39%), MRV ON (2,93%)
Majores baixas: Via Varejo ON (-3,48%), Pão de Açúcar ON (-3,24%), Ultrapar ON (-2,43%)

S&P 500 (Nova York): 0,77%

Dow Jones (Nova York): 0,89%

Nasdaq (Nova York): 0,51%

CAC 40 (Paris): 0,06%
Dax 30 (Frankfurt): 0,21%

Financial 100 (Londres): -0,38%

Nikkei 225 (Tóquio): 0,20%

Hang Seng (Hong Kong): -1,07%

Shanghai Composite (Xangai): -0,92%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -1,50%

Merval (Buenos Aires): -1,58%

IPC (México): -1,16%

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Extra aposta em preço de atacado para reter cliente em meio à concorrência



A rede de supermercados Extra, do Grupo de Açúcar, decidiu fazer uma aposta agressiva para posicionar seus hipermercados na briga pelos clientes.

Desde julho do ano passado, a marca tem testado preços de atacado em produtos da alimentação básica nas suas lojas. O sistema deu certo e nesta semana foi implementado em todas as 103 instalações do país.

O novo posicionamento apresenta dois preços na gôndola (preço varejo e preço atacado) e, segundo a empresa, os clientes têm uma economia de até 15% nos itens

quando decidem comprar em maior quantidade.

Se o cliente levar um produto, o valor será um, mas mais quantidades oferecerão um desconto. Segundo a empresa, isso não significa a redefinição do modelo dos hipermercados para o atacado, até porque toda a experiência de compra e a organização dos produtos continua a mesma. Entre os itens, estão os alimentos industrializados, de limpeza e de perfumaria.

A aposta do Grupo Pão de Açúcar é na evolução do hipermercado, segundo Lucas Zanon, Diretor de Operações do Extra. Segundo ele, a empresa percebeu que precisava

se reposicionar e se adaptar à realidade brasileira atual, em que as pessoas buscam preço baixo e a competitividade está alta.

“É para o cliente que precisa de preço e que sabe que precisa da experiência do hipermercado. Pretendemos trazer de volta esse cliente que eventualmente que foi para o atacado”, explica.

Em entrevista no último mês, o presidente do Assaí, braço de atacado do Grupo Pão de Açúcar, afirma que a situação de crise econômica acaba sendo favorável ao modelo de atacado porque os preços são mais competitivos.

Exame

O negócio das locadoras cada vez mais está na comercialização de veículos



Mesmo em meio a uma das maiores crises da indústria automobilística, um dos segmentos desse setor teve razões para festejar o ano de 2020: o das locadoras de veículos. Embora tenham praticamente paralisado as atividades entre os meses de abril e maio do ano passado, quando a pandemia eclodiu no Brasil, a retomada das companhias foi bastante agressiva no segundo semestre. Seja pelo aumento da informalidade, que fez alguns trabalhadores alugarem carros para obter uma renda extra com aplicativos de mobilidade, ou até mesmo em consequência da própria pandemia, quando pessoas

No chão de novo: Boeing volta a ter problemas com o 737 MAX

Em novembro de 2020, a Boeing recebeu a notícia que tanto aguardava. Envolvido em dois acidentes que vitimaram 346 pessoas, o modelo 737 MAX recebeu, enfim, a recertificação da Agência Nacional de Aviação Civil dos Estados Unidos (FAA) para voltar a voar.

A decisão encerrava 20 meses de espera e abria caminho para que a fabricante americana tentasse superar a maior crise da sua história, agravada, além das tragédias, pela Covid-19. Mas, passados cinco meses do sinal verde, o problemático modelo volta a desafiar a recuperação da empresa.

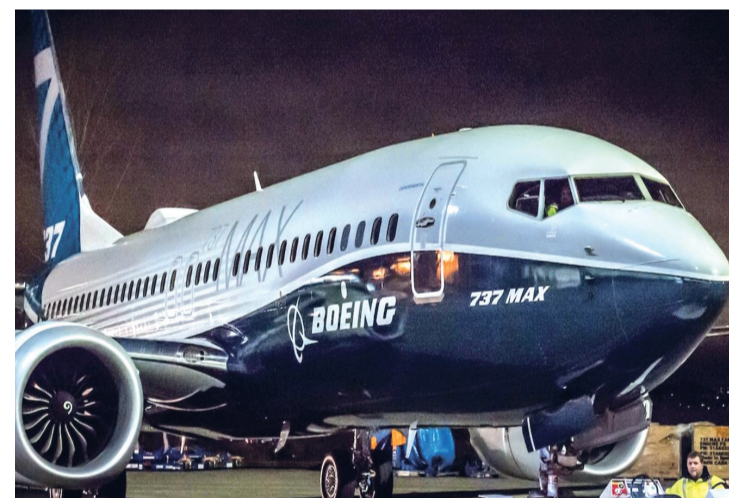
Na sexta-feira, 9 de abril, a Boeing informou que alertou 16 clientes sobre um problema elétrico envolvendo um grupo específico de aviões

737 MAX e recomendou que essas empresas tirassem essas aeronaves de operação até que a questão fosse resolvida.

“Estamos trabalhando em estreita colaboração com a FAA nessa questão de produção. Também estamos informando nossos clientes sobre números específicos de aeronaves afetadas e forneceremos orientações sobre as ações corretivas apropriadas”, afirmou a empresa, em nota.

A Boeing não divulgou quais companhias aéreas foram afetadas pelo problema. Entretanto, empresas como American Airlines, United Airlines e Southwest Airlines confirmaram que estão entre as integrantes desse grupo, sendo 63 aviões 737 MAX pertencentes ao trio. No Brasil, a única companhia a usar o modelo é a Gol.

Neofeed



passaram a alugar carros para viajar e não enfrentar um ônibus ou avião, o mercado das locadoras se mostrou eficiente também em outras pontas no negócio, como a compra e venda de veículos.

Pela primeira vez na história, a frota total dessas empresas ultrapassou a barreira do milhão, alcançando a marca de 1,07 milhão de veículos. Somente em 2020, as locadoras compraram 360 mil carros zero quilômetro, o equivalente a 20,6% de todos os automóveis e comerciais leves emplacados no ano. Outro ponto importante a ser destacado é que, em 2020, elas foram responsáveis pela comercialização de 250 mil veículos semino-

vos, um crescimento de 24% em relação ao ano anterior, quando venderam 190 mil.

Se essas empresas, como Localiza, Unidas e Movida, compram veículos em grande quantidade, evidentemente possuem condições especiais de compra junto às montadoras. Essa é uma das razões que explicam a tese de que as locadoras saem ganhando nas três pontas do negócio. As vendas permitem que essas companhias renovem suas frotas. Enquanto as locadoras comemoram sucessos, o setor automotivo vive momentos difíceis, com a baixa demanda de consumo. Em 2019, foram 541 mil automóveis e comerciais leves, 180 mil a mais que no ano passado. Veja